

Organizadores  
Artur Carpes  
Marco Félix Jobim  
Otávio Domit

Otávio Motta  
Paulo Mendes  
Rafael Sirangelo de Abreu  
Vitor de Paula Ramos

# ENSAIOS PARA DANIEL MITIDIERO

Do **processualista** ao **jurista**  
Do **professor** ao **mestre e amigo**

Londrina/PR  
2024

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



**Ensaio para Daniel Migliero:  
Do processualista ao jurista. Do  
professor ao mestre e amigo /  
Artur Carpes, Marco Félix Jobim,  
Otávio Domit (et al.). Londrina, PR:  
Thoth, 2024.**

Inclui Bibliografia:

940 p.

ISBN: 978-65-5959-787-1

1. Processo Civil. 2. Teoria do Direito. 3.  
Processo Constitucional. I. Carpes, Artur  
(Org.) et al.

CDD 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Os autores

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil: 341.46

**Conselho Editorial (Gestão 2023)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Gbácham Desiderato • Prof. Dr. Ricardo Genelhu • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

---

# SUMÁRIO

---

ORGANIZADORES .....	7
AUTORES .....	9
APRESENTAÇÃO I .....	19
APRESENTAÇÃO II .....	21
APRESENTAÇÃO III .....	25
PREFÁCIO .....	33

## CAPÍTULO 1

**Alexandre Amaral Gavronski**

“COMO ESCREVO?”: ORIENTAÇÃO DE EXCELÊNCIA ACESSÍVEL A TODOS .....	55
Introdução .....	55
1 A viagem e o quanto ela revela sobre o seu guia .....	56
2 Mais segredos .....	63

## CAPÍTULO 2

**Alexandre Marder**

**João Vitor Sequeira De Campos Morais**

SISTEMA NORMATIVO DE PRECEDENTES: ENTRE CRIAÇÃO E APLICAÇÃO .....	67
Introdução .....	67
1 O caráter normativo dos precedentes judiciais no Brasil .....	68
2 O sistema brasileiro de precedentes e de jurisprudência vinculante .....	71
3 Alguns desafios na criação e na aplicação da normaprecedente .....	74
Considerações finais .....	77
Referências .....	78

## CAPÍTULO 3

**Ângelo Roberto Ilha da Silva**

DIREITO PENAL, PROCESSO E VERDADE: É VERDADE QUE HÁ VERDADE? .....	81
Introdução .....	81
1 Verdade: breves considerações .....	82
2 Permanência da verdade: um exemplo de aplicação prática .....	89
Considerações finais .....	94

Referências .....	94
-------------------	----

## CAPÍTULO 4

**Antonio do Passo Cabral**

LIMITES AO IPSE DIXIT: FUNDAMENTAÇÃO DE DECISÕES COM ARGUMENTOS IRRELEVANTES, IMPERTINENTES E QUE NÃO DECIDEM.....	97
Introdução .....	97
1 Atos jurisdicionais não decisórios. As opiniões judiciais e sua autonomia em relação ao poder de julgar .....	98
2 Um problema quiçá inevitável: manifestações e ilações desgarradas do caso.....	101
3 Os limites para o <i>ipse dixit</i> . Critérios para proibição ou autorização para manifestações estranhas ao caso no corpo da fundamentação.....	102
Considerações finais .....	105
Referências .....	106

## CAPÍTULO 5

**Antonio Carmelo Zanette**

OS PRECEDENTES COMO FONTE DO DIREITO .....	109
Homenagem.....	109
Introdução.....	110
1 Dupla Indeterminação, Interpretação e Aplicação Do Direito .....	111
2 Corte Suprema: O Modelo Ideal .....	112
3 Precedentes: Uma Perspectiva Histórica e Atual .....	113
4 Precedentes Como Fonte do Direito.....	115
Considerações Finais .....	116
Referências .....	117

## CAPÍTULO 6

**Assusete Magalhães**

**Marcelo Ornellas Marchiori**

A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DIREITO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL NO RECURSO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	119
Introdução.....	119
1 A Divisão Judiciária e a Diversidade de Cortes Supremas Brasileiras .....	121
2 A relação entre as funções atuais do STJ e a diferenciação prática entre precedentes e jurisprudência .....	123
3 A relevância da questão de direito federal infraconstitucional analisada sob o seu principal paradigma: a repercussão geral para o recurso extraordinário .....	128
Considerações Finais .....	133
Referências .....	135

**CAPÍTULO 7****Augusto Caballero Fleck**

A DISTINÇÃO EM SENTIDO FORTE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS .....	137
Introdução.....	137
1 A conceituação da distinção em sentido forte .....	138
1.1 Duas espécies de distinção .....	138
1.2 A razão de ser da distinção em sentido forte .....	140
2 O uso da distinção em sentido forte.....	142
2.1 A justificação argumentativa da distinção em sentido forte.....	142
2.2 A distinção em sentido forte no Código de Processo Civil.....	143
Considerações finais .....	144
Referências .....	146

**CAPÍTULO 8****Augusto Tanger Jardim****Eduardo Gonçalves Spitaliere**

A SUPERACÃO DE PRECEDENTES ABSTRATOS EM SEDE DE RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	147
Introdução.....	147
1 A Reclamação como meio de garantia da competência e da autoridade dos tribunais .....	148
1.1 Origem constitucional da reclamação .....	148
1.2 Aspectos processuais da reclamação .....	149
2 Definições em torno do objeto de proteção da reclamação .....	152
2.1 Decisão, precedente, dispositivo e razões determinantes .....	152
2.2 A vinculação ao precedente e o controle de abstrato de constitucionalidade e o precedente abstrato.....	154
3 A reclamação e os precedentes formados no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade .....	158
3.1 A reclamação como meio para a tutela do precedente formado no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade .....	158
3.2 A reclamação como meio para a superação de precedente formado no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade .....	161
Considerações finais .....	164
Referências .....	165

**CAPÍTULO 9****Christoph A. Kern, LL.M.**

CONSUMERS, COURTS, AND MASS PHENOMENA: APPROACHES TO COLLECTIVE REDRESS.....	169
Introduction.....	169
1 The Need for Consumer Protection by the Courts .....	170

2 The Consumers to Be Protected by the Courts.....	172
3 Effects of Judgments.....	174
4 Remedies.....	176
5 The Cases in Which Consumers Are Particularly Protected.....	177
6 Challenges in Organizing the Proceedings.....	178
Conclusion.....	179

## **CAPÍTULO 10**

**Cláudio Ari Mello**

**Francisco José Borges Motta**

SUPREMO É O POVO? UM ARGUMENTO EM DEFESA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	181
Introdução.....	181
1 A distinção entre direito e política revisitada.....	188
2 Direito e política no advento da democracia.....	195
3 A escalada da tensão: a ascensão das cortes constitucionais.....	197
4 A divisão entre direito e política e o argumento do conteúdo da norma.....	199
5 Alternativas: entre a inconsistência e a insensatez.....	204
Considerações Finais.....	208

## **CAPÍTULO 11**

**Claudio Michelin**

THE USES OF PRECEDENT AND LEGAL ARGUMENT.....	211
Introduction.....	211
1 Applying Precedent.....	213
2 Precedent-Based Analogies.....	218
3 Inferences to the Best Legal Explanation.....	221
4 Argument and Precedent.....	223

## **CAPÍTULO 12**

**Clayton Maranhão**

OBITER DICTUM NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL.....	225
1 Obiter dictum: da teoria do precedente à teoria da decisão judicial.....	225
2 Obiter dictum: expressão ambígua.....	226
3 Relevância endoprocessual.....	228
3.1 Obiter dictum e efeito substitutivo das decisões proferidas no tribunal.....	229
3.2 <i>Obiter dictum</i> , identificação da decisão rescindenda e a competência para o processo e julgamento de ação rescisória.....	229
3.3 <i>Obiter dictum</i> e a suposta omissão ou obscuridade ou contradição na decisão judicial quando por algum motivo enfrenta a questão como obiter.....	230
3.4 <i>Obiter dictum</i> e o âmbito de cabimento dos embargos de divergência fundados no inciso III do art. 1.043 do CPC.....	230

3.5 <i>Obiter dictum</i> e os limites objetivos da coisa julgada .....	230
Referências .....	231

## CAPÍTULO 13

### Daisson Flach

RESCINDIBILIDADE DA DECISÃO POR AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO RELEVANTE NA APLICAÇÃO OU NÃO APLICAÇÃO DE PRECEDENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE DANIEL MITIDIERO E LUIZ GUILHERME MARINONI .....	233
Introdução.....	233
1 A Relevância da obra de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero para a compreensão do tema .....	234
2 Segurança Jurídica e a dupla indeterminação do Direito e das normas: interpretação e precedentes judiciais .....	235
3 Cabimento da ação rescisória por violação a norma jurídica na hipótese de aplicação de precedente ou súmula.....	239
4 <i>Ratio decidendi</i> e distinções relevantes: os fundamentos da rescisão.....	240
5 Rescindibilidade por ausência de distinção relevante entre ônus de alegação e iura novit curia.....	246
6 Improcedência liminar da ação rescisória: o caso peculiar do precedente interpretativo.....	247
Referências .....	247

## CAPÍTULO 14

### Douglas Fischer

BOA-FÉ OBJETIVA E COOPERAÇÃO DAS PARTES: DAS OBRIGAÇÕES PROCESSUAIS PENAIS POSITIVAS E A INTERLIGAÇÃO PRINCÍPIOLÓGICA POSSÍVEL DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO PENAL .....	249
Introdução.....	249
1 O justo processo, a proteção de todos os direitos fundamentais e convencionais e as obrigações processuais penais positivas. ....	249
2 O devido (e justo) processo legal.....	252
3 A boa-fé objetiva como condutora do comportamento das partes e o dever de cooperação para um processo justo em prazo razoável.....	254
Considerações finais .....	260

## CAPÍTULO 15

### Eduardo Oteiza

GIROS.....	261
1 Atrás de las estructuras .....	261
2 Analepsis .....	263
3 La siembra en terreno fértil.....	265
4 Uniendo puntas de un mismo lazo .....	266

**CAPÍTULO 16****Fábio Cardoso Machado**

UMA COMBINAÇÃO EXPLOSIVA: MANDADOS DE OTIMIZAÇÃO, APLICAÇÃO <i>PER SALTUM</i> LEGISLAÇÃO JUDICIAL.....	269
Introdução.....	269
1 Princípios como “mandados de otimização” de valores e objetivos políticos.....	270
2 Aplicação <i>per saltum</i> de princípios constitucionais .....	272
3 Legislação judicial .....	275
Considerações Finais .....	276

**CAPÍTULO 17****Fernanda Ajnhorn**

PRECEDENTES: FONTE DE DIREITO OU TÉCNICA PROCESSUAL? .....	281
Introdução.....	281
1 Resumo histórico.....	281
2 Os precedentes no Brasil.....	283
3 Os precedentes e outros julgados.....	287
4 Os precedentes como fonte de direito .....	289
Considerações finais .....	291
Referências .....	292

**CAPÍTULO 18****Fernanda Carravetta Vilande**

REFLEXÕES SOBRE O EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO CÍVEL NO MODELO COLABORATIVO DE PROCESSO .....	293
Introdução .....	293
1 O modelo colaborativo de processo civil: breves considerações .....	294
2 O Efeito Devolutivo da Apelação Cível e a Causa de Pedir Recursal: uma necessária reconfiguração ao modelo processual contemporâneo.....	299
Considerações Finais .....	306
Referências .....	306

**CAPÍTULO 19****Fredie Didier Jr.****Leandro Fernandez**

OS PRECEDENTES NO SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIORTAS.....	309
Introdução.....	309
1 Sistema de justiça e solução de problemas jurídicos .....	310
2 O sistema multiportas. A necessidade de reconstrução da ideia dos anos 70 do século XX: do átrio para a praça.....	312
3 Características do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	313
4 Heterocomposição e respeito aos precedentes no sistema brasileiro de justiça multiportas .....	318



4.1 Generalidades .....	318
4.2 Deveres previstos no art. 926 do Código de Processo Civil.....	320
4.2.1 Dever de uniformização da jurisprudência.....	320
4.2.2 Dever de coerência.....	320
4.2.3 Dever de integridade.....	322
4.3 O sistema brasileiro de precedentes administrativos obrigatórios.....	323
4.4 Perspectiva externa .....	326
4.4.1 Generalidades e o dever de consultar.....	326
4.4.2 Arbitragem e precedentes judiciais.....	328
Considerações Finais .....	329
Referências .....	329

## **CAPÍTULO 20**

**Giovanni F. Priori Posada**

EL PROCESO CONSTITUCIONAL COMO ELEMENTO DE IDENTIFICACIÓN DEL SISTEMA PROCESAL LATINOAMERICANO .....	335
1 ¿De qué hablamos cuando hablamos de “Latinoamérica”? .....	335
2 Sistema jurídico latinoamericano.....	336
3 Los movimientos de independencia, el surgimiento de los estados latinoamericanos y su relación con el derecho entonces vigente.....	338
4 La codificación procesal civil latinoamericana del siglo XIX: entre la reafirmación de la pertenencia a la familia romano-germánica y la paradoja en su elaboración.....	339
5 La influencia del constitucionalismo norteamericano en los sistemas de justicia latinoamericanos y en el surgimiento de procesos especiales para la tutela de derechos fundamentales.....	342
5.1 La influencia del constitucionalismo norteamericano en la formación de los nuevos estados latinoamericanos .....	342
5.2 El surgimiento de un proceso especial para la tutela de los derechos fundamentales: el amparo .....	344
6 Corolario del sistema procesal latinoamericano: dos influencias distintas, dos sistemas procesales y dos modelos de jueces diferentes .....	346

## **CAPÍTULO 21**

**Guilherme Athayde Porto**

**Sergio Gilberto Porto**

DEVER DE COOPERAÇÃO E PROVA NO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO.....	347
Introdução.....	347
1 Do conceito e a compreensão de prova no processo civil contemporâneo.....	351
2 Do ônus Probatório .....	354
3 Do Dever de Cooperação .....	355
4 Balanceamento entre dever de cooperação e direito de não produzir prova contra si .....	357

Referências .....	360
-------------------	-----

## CAPÍTULO 22

**Guilherme Recena Costa**

COMO ESCREVO (PETIÇÕES).....	363
Introdução.....	363
1 Propósito.....	364
1.1 Clareza.....	364
1.2 Concisão .....	365
1.3 Eloquência retórica.....	366
2 Estrutura .....	367
2.1 Premissas gerais para a boa organização da petição.....	368
2.2 Algumas observações sobre as partes usuais de uma petição.....	369
2.3 A importância vital da paragrafação adequada .....	371
3 Miscelânea .....	372
3.1 Revise, revise, revise .....	373
3.2 Prefira a voz ativa.....	373
3.3 Enumere os argumentos.....	374
3.4 Evite acrônimos ou siglas difíceis de digerir .....	375

## CAPÍTULO 23

**Guilherme Rizzo Amaral**

BURDEN OF PROOF AND ADVERSE INFERENCES IN INTERNATIONAL ARBITRATION: PROPOSAL FOR AN INFERENCE CHART.....	379
Nota em Homenagem a Daniel Mitidiero .....	379
Introduction .....	380
1 Burden of proof .....	380
2 Adverse inferences.....	382
2.1 Authority to make adverse inferences .....	383
2.2 Distinguishing <i>proper</i> adverse inferences from other <i>phenomena</i> .....	385
2.3 Requirements.....	388
2.3.1 “The party seeking the adverse inference must produce all available evidence corroborating the inference sought” .....	388
2.3.2 “The requested evidence must be accessible to the inference opponent” .....	390
2.3.2.1 Accessibility and Spoliation of Evidence.....	392
2.3.3 “The inference sought must be reasonable, consistent with facts in the record and logically related to the likely nature of the evidence withheld” .....	395
2.3.3.1 Reasonability.....	395
2.3.3.2 Consistency with facts in the record.....	396
2.3.3.3 Logical relation to the likely nature of the evidence withheld.....	396
2.3.4 “The party seeking the adverse inference must produce <i>prima facie</i> evidence” .....	397
2.3.5 “The inference opponent must know, or have reason to know, of its obligation to produce evidence rebutting the adverse inference sought” .....	399

3 Witnesses and adverse inferences.....	400
Conclusion .....	401

## CAPÍTULO 24

**Guilherme Thofehrn Lessa**

MESTRE E ALUNO SOBRE IDENTIDADE, SEMELHANÇA E DISTINÇÃO.....	405
Introdução.....	405
1 O mestre sobre questões idênticas, semelhantes e distintas.....	406
1.1 Cortes Supremas e Precedentes judiciais .....	406
1.2 O significado de <i>ratio decidendi</i> .....	409
1.3 Classificação e definição das questões idênticas, semelhantes e distintas .....	410
2 Um aluno sobre o raciocínio jurídico nas questões idênticas, semelhantes e distintas.....	412
2.1 Questões idênticas e aplicação dos precedentes .....	413
2.2 Questões semelhantes e analogia .....	416
2.3 Questões distintas e <i>distinguishing</i> .....	418
Considerações finais .....	421
Referências .....	421

## CAPÍTULO 25

**Guilherme Veiga Chaves**

COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO EM BENEFÍCIO DE TERCEIROS E PRECEDENTES: DISTINÇÕES NECESSÁRIAS .....	425
Homenagem ao professor Daniel Mitidiero .....	425
Introdução.....	426
1 A coisa julgada sobre questão prejudicial em benefício de terceiros e precedentes obrigatórios .....	426
2 O papel colaborativo do poder judiciário com o poder legislativo: a unidade do direito nacional pela edição de precedentes: distinção entre precedente e coisa julgada .....	427
3 Precedente obrigatório não é apenas o resultado do julgamento de recurso especial repetitivo: o equívoco sobre a função do STJ e STF como cortes de precedentes...431	431
4 Julgamento de IRDR e a distinção com relação à coisa julgada sobre questão prejudicial.....	434
Considerações finais .....	438
Referências .....	439

## CAPÍTULO 26

**Gustavo Fossati**

O PAPEL DA CORTE SUPREMA NA DELIMITAÇÃO DO CONTEÚDO SEMÂNTICO DOS CONCEITOS NA TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL.....	441
Introdução.....	441
1 Considerações iniciais sobre a tributação da economia digital .....	443

2 Protagonismo judicial na mutação do conceito constitucional de serviços .....	446
3 Conteúdo semântico conceitual e seus limites de aplicação.....	450
4 O papel da corte suprema na delimitação do conteúdo semântico dos conceitos na tributação da economia digital .....	452
Considerações finais .....	456
Referências .....	457

## CAPÍTULO 27

**Hermes Zaneti Jr.**

PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO: UMA HOMENAGEM A DANIEL MITIDIERO .....	459
Introdução.....	459
1 História de um engano: dispositivo e inquisitório como princípios (in)formativos que nunca foram puros ou essenciais .....	460
2 A história da cooperação e da divisão de tarefas entre o juiz e as partes no direito brasileiro recente .....	461
3 Os três mosqueteiros da cooperação: <i>athos</i> (princípio do autoregramento da vontade), <i>porthos</i> (princípio da primazia do julgamento de mérito), <i>aramis</i> (princípio da boa-fé) e <i>d'artagnan</i> (princípio da vedação da decisão surpresa) .....	464
4 A cooperação para o processo.....	465
4.1 Cooperação processual para as partes: deveres.....	467
4.2 Cooperação processual para os juízes: deveres .....	467
5 O dever legal de cooperação e as regras modelo de direito processual civil do ELI/ UNIDROIT (ERCP).....	469
Considerações finais .....	471
Referências .....	472

## CAPÍTULO 28

**Humberto Ávila**

LIMITES DA COISA JULGADA E MODULAÇÃO DE EFEITOS: ENTRE CONFIANÇA E COERÊNCIA.....	475
Introdução.....	475
1 Mudança de jurisprudência e modulação de efeitos.....	476
2 A confiança no Supremo Tribunal Federal .....	481
Considerações finais .....	484

## CAPÍTULO 29

**Ingo Wolfgang Sarlet**

SEGURANÇA JURÍDICA E MODULAÇÃO DE EFEITOS NO CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE: UMA HOMENAGEM A DANIEL MITIDIERO .....	485
Introdução.....	485
1 Segurança jurídica como princípio e direito fundamental.....	486
2 Segurança jurídica e o papel do Poder Judiciário, em especial do STF e do STJ ..	489

3 Segurança Jurídica e modulação de efeitos das decisões de Tribunais Superiores, com destaque para o STJ .....	492
---	-----

## CAPÍTULO 30

**Júlio Cesar Goulart Lanes**

O ADVOGADO DO DIABO (MITIDIERO) E A COLABORAÇÃO (DA IDEIA AO HOJE) .....	497
--	-----

## CAPÍTULO 31

**Klaus Cohen Koplin**

O PROCESSO CAUTELAR DO “CÓDIGO BUZAID” AO “NOVO CPC”: TUDO, ALGUMA COISA, QUASE NADA.....	509
Introdução.....	509
1 O passado distante do processo cautelar no “Código Buzaid”: <i>tudo</i> .....	510
1.1 O processo cautelar como <i>tertium genus</i> e seu caráter acessório.....	511
1.2 O tratamento analítico conferido ao processo cautelar.....	514
1.3 A autonomia do procedimento cautelar.....	515
2 O passado recente do processo cautelar no “Código Reformado”: <i>alguma coisa</i> ....	517
2.1 O art. 273 e a instituição da antecipação de tutela .....	518
2.2 A purificação do processo cautelar .....	523
2.3 A distinção entre tutela cautelar e antecipação de tutela, a possibilidade de uma tutela cautelar nos próprios autos do processo de conhecimento e o tema da fungibilidade.....	524
3 O presente do processo cautelar no “Novo CPC”: <i>quase nada</i> .....	526
3.1 O tratamento confuso e exageradamente sintético conferido ao processo cautelar.....	527
3.2 A perda da autonomia procedimental das medidas cautelares .....	529
3.3 Um possível futuro: o resgate da autonomia da tutela cautelar e das medidas cautelares procedimentalmente independentes .....	534
Considerações finais .....	535
Referências .....	536

## CAPÍTULO 32

**Leandro J. Giannini**

APRENDER A ELEGIR: PROPUESTAS PARA MEJORAR EL FUNCIONAMIENTO DEL ‘CERTIORARI ARGENTINO’ (ART. 280, CÓDIGO PROCESAL CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN) .....	541
Introducción .....	541
1 Justificación general de la propuesta.....	543
2 Propuesta de reforma.....	550
3 Síntesis de las modificaciones proyectadas .....	551
Conclusiones.....	553

## CAPÍTULO 33

**Leonardo Santana de Abreu**

CONTRADITÓRIO E COLABORAÇÃO NO PROCESSO CIVIL.....	555
Introdução.....	555
1 A perspectiva dialética do contraditório .....	555
2 Contraditório e participação no processo.....	560
3 Contraditório e colaboração .....	564
Considerações finais .....	571
Referências .....	572

**CAPÍTULO 34****Loïc Cadiet**

LA COUR DE CASSATION FRANÇAISE EN DIALOGUE AVEC LES JUGES EUROPÉENS.....	575
1 Les instruments du dialogue .....	575
2 Les incidences du dialogue.....	579

**CAPÍTULO 35****Luciana Robles de Almeida**

TRAVESSIA: DA MODULAÇÃO DE EFEITOS À SUPERAÇÃO PARA FRENTE.....	585
Introdução .....	585
1 Conceito.....	585
1.1 Superação do precedente .....	587
1.2 Modulação dos Efeitos da Decisão em Controle de Constitucionalidade .....	594
2 Função .....	597
2.1 Finalidades .....	597
2.2 Casos.....	599
Considerações finais .....	600
Referências .....	600
Lista de Casos .....	603

**CAPÍTULO 36****Luiz Alberto Gurgel de Faria****Isabela Medeiros Gurgel de Faria**

A COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PROCESSO CONSTITUCIONAL.....	605
Introdução.....	605
1 Quem soluciona a colisão entre direitos fundamentais .....	606
2 As Supremas Cortes no mundo.....	608
3 Supremo Tribunal Federal e o processo constitucional.....	610
Considerações finais .....	612
Referências .....	612

**CAPÍTULO 37****Luiz Guilherme Marinoni**

FATOS CONSTITUCIONAIS, BUSCA DA VERDADE E PARTICIPAÇÃO.....	615
Introdução.....	615
1 Os Fatos Constitucionais estão Sujeitos à Busca da Verdade? .....	616
2 A Busca Independente de Provas ou de Informações pela Corte: Entre a Prova de Ofício e a Proibição do Uso de Provas não Discutidas no Processo .....	620
3 Teria Ocorrido o Abandono do Contraditório? .....	623
4 O Problema da Busca de Informações na Internet.....	626

**CAPÍTULO 38****Maria Angélica Feijó****Diogo Alvarenga Saraiva**

A INTERSECÇÃO ENTRE A TEORIA DO DIREITO E O DIREITO PROCESSUAL – A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DANIEL MITIDIERO PARA A PROCESSUALÍSTICA BRASILEIRA.....	631
Introdução.....	631
1 A distinção entre texto e norma .....	632
1.1 A ressignificação da jurisdição.....	634
1.2 A fundamentação qualificada das decisões judiciais.....	637
1.3 O precedente como ferramenta da tutela do direito.....	639
2 A distinção entre princípios, regras e postulados .....	640
2.1 O contraditório é regra .....	642
2.2 A duração razoável do processo é princípio.....	643
Considerações Finais .....	644

**CAPÍTULO 39****Paolo Comoglio**

FINANZIAMENTO DELLA LITE E THIRD-PARTY FUNDING NELLA PROSPETTIVA ITALIANA .....	647
1 Il finanziamento della lite da parte di terzi: novità o nuova prospettiva di analisi? .....	647
2 Cenni al third-party funding nell'esperienza comparatistica .....	650
3 Problemi del contratto di finanziamento della lite nella prospettiva di una regolamentazione europea.....	653
4 Finanziamento della lite e conseguente nel processo civile italiano.....	657

**CAPÍTULO 40****Patricia Bermejo**

EL CONTROL HORIZONTAL EN LA UNIFORMACIÓN DE LA JURISPRUDENCIA EN LA REPÚBLICA ARGENTINA .....	665
Introducción .....	665
1 Finalidad de la uniformación del derecho.....	666

2 Control horizontal a los fines de la uniformación de la jurisprudencia en Brasil: El embargo de divergenza.....	668
3 Control horizontal en Argentina: el Recurso de Inaplicabilidad de Ley -RIL- en el CPCCN.....	670
3 Ora forma de control horizontal en el CPCCN en Argentina: La unificación de la jurisprudencia de oficio .....	682
Conclusión .....	683
Referencias .....	684

## **CAPÍTULO 41**

**Paula Costa e Silva**

DEO AUCTORE: DIREITO E PODER .....	687
------------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 42**

**Perluigi Chiassoni**

ATISBOS DE UNA TEORÍA DE LAS ANTINOMIAS CONSTITUCIONALES PARA USO DE OPERADORES JURÍDICOS GARANTISTAS.....	701
--	-----

Premisa .....	701
1 Antinomias constitucionales en sentido genérico, en sentido propio, en sentido impropio .....	702
2 Antinomias constitucionales lógicas, antinomias constitucionales ontológicas .....	703
2.1 Antinomias constitucionales lógicas .....	703
2.1.1 Antinomias por contradicción, antinomias por contrariedad.....	703
2.1.2 Antinomias por superposición integral expresa, por inclusión, por intersección..	704
2.1.3 Antinomias simples, antinomias complejas.....	705
2.2 Antinomias constitucionales ontológicas.....	707
2.2.1 Antinomias de competencia.....	707
2.2.2 Antinomias instrumentales absolutas.....	708
2.2.3 Antinomias instrumentales relativas.....	708
2.2.4 Antinomias teleológicas.....	709
2.2.5 Antinomias axiológicas.....	709
3 Código identificatorio y código resolutorio bien construido .....	710
4 Un código garantista bien construido para identificar antinomias constitucionalmente relevantes .....	712
5 Un código garantista bien construido para resolver antinomias constitucionalmente relevantes .....	716
6 Un código garantista bien construido para resolver antinomias entre normas constitucionales .....	716
7 Regla de especificación, principio de ponderación por prevalencia, principio de ponderación por conciliación, principio de proporcionalidad .....	722



**CAPÍTULO 43****Remo Caponi**

ORGANIZZAZIONE DELLE CORTI E DEI PUBBLICI MINISTERI IN GERMANIA .....	725
Dedica .....	725
1 Le differenze in uno sguardo d'insieme .....	725
2 La formazione del giurista .....	726
3 Organizzazione delle corti .....	727
4 Nomina dei giudici .....	728
5 Numero dei giudici e delle cause pendenti .....	729
6 Corte suprema federale (BGH) .....	729
7 Pubblici ministeri .....	729
8 Osservazioni finali sui rapporti tra diritto e politica .....	731

**CAPÍTULO 44****Renato Resende Beneduzi**

JULGAMENTOS MONOCRÁTICOS E AGRAVO INTERNO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO .....	737
Introdução .....	737
1 Colegialidade, decisões monocráticas e agravo interno .....	737
2 Falência do sistema atual .....	740
3 Papel da colegialidade nos tribunais locais e nos tribunais superiores não é o mesmo .....	742
4 Proposta para os tribunais locais: controle prévio pelo colegiado .....	742
5 Proposta para os tribunais superiores: abolição dos julgamentos monocráticos .....	744
Considerações finais .....	745
Referências .....	745

**CAPÍTULO 45****Ricardo Alexandre da Silva**

DO QUE EU FALO QUANDO EU FALO EM RATIO DECIDENDI? .....	747
Introdução .....	747
1 Wambaugh e uma Célebre Polêmica do <i>Common Law</i> .....	748
2 A resposta de GOODHART e a impugnação de SIMPSON .....	754
3 Um toque de realismo: uma pedra no meio do caminho .....	757
4 <i>Ratio Decidendi</i> : Atualizando a Definição com MacCormick .....	761
5 Chegando ao Brasil .....	763
Considerações finais .....	766
Referências .....	770

**CAPÍTULO 46****Rodrigo Baraldo Mendonça**

ENTRE A TEORIA DO DIREITO E A TEORIA DO PROCESSO: O INFLUXO DA TEORIA DA INTERPRETAÇÃO NO CONCEITO DE “JURISDIÇÃO”, EM DANIEL MITIDIERO .....	773
Introdução.....	773
1 As Influências .....	774
2 O Conceito de Jurisdição na Inter-Relação entre a Filosofia e a Teoria do Direito e a Teoria do Processo.....	777
3 As implicações metodológicas da compreensão da Teoria do Direito para a Teoria do Processo: teoria da interpretação e teoria da jurisdição em Daniel Mitidiero .....	778
Considerações finais .....	780
Referências .....	781

**CAPÍTULO 47****Rogéria Fagundes Dotti**

O BARCO E O ESPELHO DA TÉCNICA ANTECIPATÓRIA: UMA HOMENAGEM A DANIEL MITIDIERO .....	783
Introdução.....	783
1 O barco e o espelho .....	784
2 A tutela cautelar nas visões processual e material: a contribuição de Daniel Mitidiero.....	785
3 A tutela sumária <i>encerrada nos confins da tutela cautelar</i> e a introdução da antecipação de forma genérica.....	787
4 A antecipação de tutela e a coexistência de dois regimes: cautelaridade e satisfatividade.....	789
5 A fungibilidade entre tutela antecipada e tutela cautelar.....	789
6 A chamada “tutela antecipada” do art. 273, § 6º do CPC/73 e a sua compreensão como verdadeira decisão parcial do mérito.....	790
7 A estabilização da tutela antecipada.....	791
8 O dano pela demora para a realização de um direito evidente.....	792
9 <i>A técnica antecipatória</i> : o espelho de Daniel Mitidiero .....	794
Considerações finais .....	795
Referências .....	795

**CAPÍTULO 48****Ronaldo Kochem**

“COLABORAÇÕES”: ANOTAÇÕES À MARGEM DE “COLABORAÇÃO NO PROCESSO CIVIL” .....	797
Uma nota sobre comunidade de trabalho .....	797
Introdução.....	798
1 Colaboração-livro.....	799
2 Colaboração-modelo .....	800

2.1 Pressupostos sociais .....	800
2.2 Pressupostos lógico-argumentativos.....	803
2.3 Pressupostos éticos.....	803
2.4 O uso produtivo da Colaboração-modelo .....	804
3 Colaboração-princípio.....	805
4 Colaboração-regras .....	808
5 Colaboração-decisões.....	813
5.1 Quanto à Colaboração-modelo ou Colaboração-princípio.....	814
5.2 Aplicação e limites à Colaboração-princípio .....	817
5.3 Deveres do órgão julgador .....	820
Considerações finais .....	822

## CAPÍTULO 49

**Santiago Pereira Campos**

HACIA UN MODELO COLABORATIVO DEL PROCESO JUDICIAL IBEROAMERICANO.....	825
1 El reclamo social de un proceso judicial colaborativo .....	827
2 El modelo colaborativo y su contexto.....	827
3 Diálogo judicial, cooperación y poderes-deberes del tribunal en la dirección del proceso.....	830
4 Modelo colaborativo del proceso civil y prueba .....	832
5 Modelo procesal colaborativo y deber de decir verdad .....	835
6 Rol de la abogacía y modelo colaborativo: la necesidad de cambiar las prácticas ..	838
7 Un nuevo estándar de litigación .....	838
8 Cultura dialógica y modelo colaborativo.....	842
9 A modo de síntesis: componentes del modelo colaborativo .....	844

## CAPÍTULO 50

**Sérgio Cruz Arenhart**

ENTRE O DR. HOUSE E O DR. GOOGLE: CIÊNCIA E FATOS TÉCNICOS NO PROCESSO.....	849
Introdução.....	849
1 Fórmula de Bhaskara? Fatos e conceitos técnicos.....	851
2 Par ou ímpar. O problema das pseudo-ciências .....	853
3 <i>La garantía soy yo!</i> Qualquer perito serve?.....	856
4 Gremistas e colorados. O dever de revelação do especialista .....	859
5 Debate e valoração da prova técnica.....	860
6 Problemas específicos do depoimento de especialista .....	862
7 Colocando especialistas para pensarem juntos.....	863
7.1 O que os outros países fizeram?.....	863
7.2 E como as coisas se passam no Brasil? .....	865

7.3 Perícia conjunta? É conversando que a gente se entende .....	866
8 O assunto não acabou, mas é hora de Los Fitoterápicos!.....	866

## **CAPÍTULO 51**

**Teresa Arruda Alvim**

MODULAÇÃO DO ART. 927, § 3.º DO CPC – COM O CONTRAPONTO DO “PROSPECTIVE OVERRULING” À MODA ITALIANA .....	869
Sobre o homenageado .....	869
1 Contextualização do problema .....	870
2 Função da jurisprudência como criadora de direito .....	873
3 Quando o Poder Judiciário deve inovar?.....	879
4 Quando se deve modular? .....	882
4.1 Primeiro critério – preexistência de confiança.....	882
4.2 Segundo critério – áreas rígidas do direito – o contraponto com o direito italiano.....	883
4.3 Terceiro critério – prejuízo ao particular .....	894
5 Argumentos consequencialistas.....	895
Considerações finais .....	899
Referências .....	899

## **CAPÍTULO 52**

**Valternei Melo**

DOS SETECENTOS AOS OITOCENTOS: UM [BREVE] ESCORÇO DE UMA MACRO-HISTÓRIA DO PROCESSO CIVIL EUROPEU .....	903
Introdução.....	903
1 Os Setecentos e os Oitocentos: duzentos anos de rupturas? .....	904
1.1 O contexto político e cultural e a afirmação dos Estados absolutos ( <i>a estatalidade</i> do direito).....	904
1.2 As vertentes jus-ideológicas do direito “moderno” .....	908
1.3 O jusnaturalismo de matiz racionalista.....	909
1.4 Iluminismo e racionalismo: de Pufendorf e Leibniz a Domat e Wolff .....	912
2 Do rescaldo do processo isonômico à afirmação do processo assimétrico .....	915
2.1 O “processo”: da dimensão dialógica à dimensão descritivista.....	915
2.2 Do particularismo medieval ao universalismo moderno .....	915
2.3 O processo como instrumento de administração da justiça .....	917
2.4 A sistematização e o fenômeno da codificação .....	918
Considerações finais .....	921
Referências .....	922

## **CAPÍTULO 53**

**Vincenzo Ansanelli**

L’«AMERICAN EXCEPTIONALISM» NELLA TRASFORMAZIONE DELLA FASE DI PREPARAZIONE DELLA CONTROVERSA .....	925
---	-----

1 Centralità della fase di preparazione e sue plurime funzionalità.....	925
2 Reattività e osmosi dell'ordinamento statunitense nell'adeguamento della fase di pretrial ai mutamenti sociali della seconda metà del XX secolo .....	928
3 Trasformazione del ruolo dei soggetti tecnici del processo e adeguamento della fase preparatoria alla complessità della realtà post-moderna .....	933
4 Riconfigurazione del discovery e affermazione del principio di proportionality.....	934